



2024: um ano de muitas lutas

Após vários enfrentamentos em 2023, com alguns avanços, categoria terá um novo ciclo de mobilizações na defesa da Educação Pública e garantia de direitos

Págs. 8 e 9

Governo Milei ataca direitos e enfrenta resistência popular

Págs. 10 e 11

Vem aí o 42º Congresso do ANDES-SN!
Saiba mais sobre o evento

Pág. 12

O ano de 2024 começou com importantes lutas da classe trabalhadora. Internacionalmente, o recém-empossado presidente da Argentina, Javier Milei, vem tentando implementar um pacote de medidas que retiram direitos do conjunto da classe trabalhadora. Todavia, as lutas populares na Argentina, apesar das inúmeras ameaças de repressão, são uma demonstração de que os ataques da ultradireita sempre encontrarão a resistência de nossa classe.

No Piauí, desde o dia 02 de janeiro, docentes da Universidade Estadual do Piauí entraram em greve. Apesar do movimento ter enfrentado uma dura tentativa de criminalização pelo governo de Rafael Fonteles (PT), a greve já conseguiu arrancar da administração da Uespi alguns compromissos no atendimento da pauta defendida por professoras e professores.

Estes importantes exemplos, analisados em detalhe nesta edição do Informandes, mostram que a luta é a principal alternativa para o movimento docente conquistar melhores salários e condições de

trabalho. Esta é a única saída que resta para servidoras e servidores federais que terminaram o ano de 2023 recebendo do governo federal a amarga proposta de 0% de reajuste salarial.

Vítimas especiais da política do governo são as aposentadas e os aposentados, que foram rifados pelo governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente. Também são vítimas que sofrem diretamente com o desmonte da Previdência Social, que vem sendo realizado pelos mais diversos governos em níveis federal, estadual e municipal. No mês em que se completam 101 anos da criação da Previdência Social no Brasil, apresentamos uma análise do processo de desfinanciamento e privatização da Previdência Social, que está em curso no Brasil.

Também começamos o ano de 2024 lutando contra a perseguição a importantes docentes e lutadoras em todo o país. Em apenas um mês, três lutadoras da educação pública sofreram com ataques e perseguições: a primeira professora trans do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Êmy

Virgínia Oliveira da Costa, foi demitida em processo arbitrário; a diretora do Sinasefe, Elenira Vilela, foi alvo de intensos ataques da extrema direita; e Jacyara Paiva, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e atual diretora do ANDES-SN, sofre com uma ameaça de exoneração que tem relação com sua importante trajetória de luta pelos direitos do povo negro e pelo cumprimento da Lei de Cotas na Ufes. O ANDES-SN manifesta toda sua solidariedade a essas importantes companheiras e estará nas ruas lutando por seus direitos.

É neste cenário que ocorrerá o 42º Congresso do ANDES-SN em Fortaleza (CE), entre os dias 26 de fevereiro e 01 de março. Apesar dos inúmeros desafios, destacamos que é um congresso que começa com um sabor especial, por contar com a organização de uma seção sindical que retorna à base do Sindicato Nacional, a ADUFC. Certamente, o fortalecimento e a ampliação da base do ANDES-SN inspirarão os debates e as deliberações sobre os rumos do movimento docente e das lutas que realizaremos em 2024.

101 ANOS

DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Uma **conquista** das Trabalhadoras e dos Trabalhadores brasileiros.*

Pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados/das e pensionistas

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

2024 começa com greve docente na Uespi

Professores e professoras sofrem com arrocho salarial de quase 70% e ameaça de intensificação da jornada de trabalho



Foto: Adcesp SSind.

A categoria docente da Universidade Estadual do Piauí iniciou 2024 em greve, após passar boa parte do ano anterior tentando abrir negociação com o governo do estado. As professoras e os professores da Uespi amargam uma corrosão salarial que ultrapassa 68%.

Além da recomposição das remunerações, a categoria também luta por melhores condições de trabalho e ensino nos 12 campi da universidade. Cobram ainda a retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLC) 09/2023, que o governador Rafael Fonteles (PT) encaminhou à Assembleia no final do ano passado.

O PLC 09/2023 aumenta a carga horária obrigatória em sala de aula, com isso reduz o tempo destinado à pesquisa e extensão. O projeto desrespeita a autonomia universitária e o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Construção da greve

Desde o início de 2023, a Associação de Docentes da Uespi – Adcesp Seção Sindical do ANDES-SN vem buscando diálogo com a administração da universidade e com o governo para negociar as reivindicações da categoria. No entanto, não houve sucesso.

O anúncio da paralisação foi feito no início de dezembro. Uma assembleia com mais de 200 docentes, realizada no dia 4 daquele mês, decidiu pelo não retorno às atividades em 2024, caso as negociações com o governo estadual não avançassem.

No dia 7 de dezembro, representantes da Adcesp SSind. e do Comando de Greve

se reuniram com o governador, porém não houve avanços. Na ocasião, Fonteles se comprometeu em retirar o PLC 09/2023 de pauta. No entanto, nada foi feito até o momento.

Durante todo o mês de dezembro, docentes da Uespi realizaram diversas atividades de mobilização, em conjunto com demais servidores e servidoras estaduais, pelo reajuste salarial. Contudo, também não houve qualquer aceno positivo do governo.

“A categoria docente da Uespi deliberou pela greve no dia 4 de dezembro de 2023 em razão de dois pontos fundamentais. O primeiro deles, a indisposição do governo do estado em realizar uma efetiva negociação acerca das perdas salariais da categoria, que já ultrapassa 68%. São 10 anos sem reajuste, portanto, um longo período em que a categoria está com seu salário achatado”, explicou Gisvaldo Oliveira da Silva, 3º tesoureiro do ANDES-SN.

De acordo com o diretor do Sindicato Nacional, que também é docente da Uespi, o segundo ponto para a deflagração da greve refere-se ao PLC 09/2023. “[O PLC] significa um atentado ao tripé fundamental da universidade pública, que é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, afirmou.

Judicialização

Em 27 de dezembro, a categoria docente da Uespi foi surpreendida com a decisão do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), decretando a ilegalidade do movimento grevista, mesmo antes do início da paralisação, atendendo à uma ação do

governo do estado.

A decisão monocrática, assinada pelo desembargador José James Gomes Pereira, previa desconto dos salários de docentes que aderissem à greve, multa destinada à Adcesp SSind. e autorizava o governo do estado e a administração da Uespi a contratar prestadores de serviço para substituir os e as eventuais grevistas.

No dia 10 de janeiro, o desembargador Agrimar Rodrigues de Araújo acatou o recurso da seção sindical quanto ao pedido para que fosse reconhecida a legalidade da greve, iniciada no dia 2. O desembargador reconheceu que foram apresentadas todas as comprovações de que buscou-se diálogo ao longo de 2023 e que a entidade não se retirou de nenhuma mesa de negociação, como alegado no pedido de ilegalidade. Afirmou, ainda, que o governo do estado foi omissivo em não apresentar proposta para a categoria.

“O movimento conta com ampla adesão. A categoria está coesa no sentimento de seguir lutando até que o governo do estado realize uma efetiva negociação acerca da pauta de reivindicações. O governo apostou na criminalização do movimento, mas recebeu como resposta a ampla unidade da categoria, que segue firme na greve”, acrescentou Gisvaldo.

Mobilização

Desde o início da greve, a categoria segue com uma agenda intensa de atividades. Foram realizadas assembleias, atos nos campi da Uespi. Docentes e estudantes fizeram ainda uma marcha pelas ruas da capital Teresina, rumo ao Palácio Karnak, sede do governo, com a participação do presidente do ANDES-SN, Gustavo Seferian.

Ainda em janeiro, estão previstas reuniões com a reitoria da Uespi, com o conjunto dos sindicatos de servidoras e servidores públicos estaduais para traçar estratégias para o evento de instalação da “Mesa Permanente de Diálogo”, proposta pelo governo, da qual a Adcesp SSind participa.

101 anos: Previdência Social enfrenta há décadas um cenário de desmonte

Desfinanciamento e fundos de pensão são armas dos governos contra a Previdência Social

Foto: Pedro França/Agência Senado



Com o discurso de que a Previdência Social brasileira é deficitária, sucessivos governos têm justificado a execução de contrarreformas previdenciárias, ao longo das últimas décadas no país, que retiram cada vez mais os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores da iniciativa privada, das servidoras e dos servidores públicos da União, estados e municípios, como também das aposentadas, dos aposentados e das e dos pensionistas.

Criada em 24 de janeiro de 1923 pela Lei Eloy Chaves, a Previdência, junto com a Saúde e a Assistência Social, faz parte da Seguridade Social que é o sistema de proteção social destinado a garantir às cidadãs e aos cidadãos brasileiros os benefícios e serviços dessas áreas. A Constituição Federal (CF) de 1988 estabelece que a Seguridade Social seja financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Portanto, o governo deve participar com recursos do orçamento fiscal para atender às necessidades da Seguridade Social, mas não é isso que tem ocorrido desde a promulgação da CF, segundo Lucia Lopes, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, da Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria e da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional.

A diretora do Sindicato Nacional explicou que o desfinanciamento e os fundos de pensão são partes importantes para se entender o desmonte da Previdência Social nesses 101 anos. “Esse movimento tem início na década de 1990, no governo do Fernando Henrique Cardoso [FHC – 1995 a 2003], impulsionado pelo contexto de crise estrutural do Capital e de uma política de austeridade que já estava sendo adotada. E teve um papel determinante na contrarreforma da Previdência ao longo desses anos, em conjunto com as medidas de austeridade fiscal adotadas por diferentes governos aqui no Brasil, seguindo uma perspectiva neoliberal”, disse.

Em 1998, no governo FHC, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional 20, que propõe, entre outras mudanças, não levar em conta o tempo de serviço do trabalhador e da trabalhadora, mas sim o tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a aposentadoria. Também foi estabelecido um período mínimo de contribuição: 35 anos para os homens e 30 para as mulheres. Para as funcionárias e os funcionários públicos foi fixado um período mínimo de permanência para a aposentadoria: 10 anos no serviço público e cinco no cargo em que se dará a aposentadoria. FHC excluiu a fórmula de cálculo dos benefícios da Constituição Federal, o que possibilitou criar o fator previdenciário – que impôs uma redução de até 40% aos valores das aposentadorias.

Já em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, as principais medidas de contrarrefor-

ma voltaram-se para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) das servidoras e dos servidores públicos: a vinculação do tempo de contribuição à idade para fins de aposentadoria – o que não foi aprovado para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS); a contribuição previdenciária de 11% para aposentadas, aposentados e pensionistas do serviço público sobre a parte da remuneração que ultrapassa o teto dos benefícios; e a criação de um teto para aposentadoria das servidoras e dos servidores. A Emenda Constitucional 41 alterou o cálculo dos benefícios, que passou a ser feito pela média das remunerações da servidora e do servidor e não pelo último salário, como era antes, e, ainda, modificou a pensão por morte, prevendo a redução dos valores das pensões.

No governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp). Implementada por meio da Lei 12.618, a Funpresp teve origem em 2013, quando o governo pôs fim ao direito à aposentadoria integral e à paridade entre ativos e aposentados pelo Regime Jurídico Único (RJU). Antes mesmo da criação da previdência complementar para as servidoras e para os servidores federais, o ANDES-SN já se posicionava contrário ao fundo, orientando as e os docentes a não aderirem à previdência complementar, cujas contribuições são definidas, mas os benefícios não. Alguns estados brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo, seguiram a linha privatista e criaram as fundações de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPREV) e de São Paulo (Prevcom).

Em 2015, por meio da Lei 13.183, ingressantes no serviço público federal com remuneração superior ao teto do INSS passaram a ser inscritos automaticamente no Funpresp/EXE. Também no governo da petista, por meio de medidas provisórias (leis 13.135 e 13.134), foram modificadas as pensões por morte, o auxílio-doença, a aposentadoria por invalidez, o auxílio-reclusão, o abono salarial e o seguro-desemprego, seguindo a mesma lógica restritiva usada em outros momentos desse movimento de contrarreforma.

Após o golpe sofrido por Dilma, em 2016, Michel Temer (MDB) tentou emplacar outra reforma, mas não obteve êxito diante da resistência das trabalhadoras e dos trabalhadores, que realizaram paralisações e greves. Com isso, Temer não conseguiu os 308 votos necessários para aprovar as mudanças na aposentadoria. Entretanto, Temer conseguiu aprovar em seu mandato medidas, entre elas EC 95/16 que impôs o Teto dos Gastos -, que impactaram o financiamento de áreas importantes como Saúde, Educação, Assistência Social e, ainda, extinguiu o Ministério da Previdência Social.

Já sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi aprovada uma das mais nefastas reformas da Previdência, a Emenda Constitucional 103/2019. No quesito idade mínima requerida para aposentadoria, a dos homens se manteve nos 65 anos com 20 anos de contribuição mínima, já para as mulheres subiu de 60 para 62 anos e 15 anos de contribuição mínima no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Para as servidoras e os servidores públicos federais, que contribuem para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União, a nova regra geral exigirá 62 anos de idade para as mulheres e 65 para os homens, com pelo menos 25 anos de contribuição, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria. Antes da reforma, era possível se aposentar ou pela idade, ou pelo tempo de contribuição. Agora, é preciso seguir os dois requisitos. Outra perda é referente ao cálculo do benefício da aposentadoria que é feito com base na média de 100% do histórico de contribuições da trabalhadora e do trabalhador, diminuindo, dessa forma, o valor a ser percebido.

Segundo a diretora do Sindicato Nacional, a destituição da Previdência como direito e a



instituição do direito à aposentadoria como mercadoria, através dos fundos de pensão, têm sido as apostas dos governos, nos últimos anos, além do desfinanciamento da Seguridade Social. “Nós temos uma Previdência que não cobre as necessidades da classe trabalhadora, cujo limites de acesso aos seus benefícios, especialmente a aposentadoria e as pensões, são enormes e, além disso, a sua redução de tamanho de cobertura está favorecendo a expansão dos fundos de pensão, favorecendo o capital financeiro. Há um desvio de recursos e um desfinanciamento com renúncias tributárias que quebram o sistema”, denunciou Lucia Lopes.

Dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) revelaram que mais de R\$ 240 bilhões de renúncias tributárias foram concedidas em 2022. Isso engloba isenções, incentivos e desonerações fiscais a diversos setores produtivos, que intensificaram o desmonte

de programas e ações públicas.

De acordo com a 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, a entidade, em seus mais de 40 anos de história, sempre lutou pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e, conseqüentemente, pela Previdência Social, denunciando a Funpresp e os fundos de pensão nos estados e municípios. “As principais lutas que o ANDES-SN conduz, nesse momento, em relação à Previdência Social são a revogação de todas as contrarreformas que ocorreram desde a década de 1990 até agora e o fim da contribuição previdenciária de pensionistas e de aposentados. Além disso, defendemos que as pessoas aposentadas tenham salários e remunerações absolutamente equiparados aos das pessoas em atividade. Dentro do Sindicato, estimulamos o funcionamento do GTSSA e a realização das Jornadas de Aposentados e Aposentadas, entre outras atividades”, disse.

Crédito consignado

Além do desfinanciamento e dos fundos de pensão, outro ataque apontado à Previdência Social é o crédito consignado, que pode comprometer a renda de aposentadas, aposentados e pensionistas. O crédito consignado foi criado em 2003, com a justificativa de ser algo “seguro” para a população e para os bancos, na medida em que oferta um crédito a juros baixos e o desconto da parcela do crédito se dá na própria folha de pagamento das aposentadas, dos aposentados e das e dos pensionistas do INSS.

“O crédito consignado, nos seus 10 primeiros anos de existência, foi considerado o negócio mais lucrativo para o mercado financeiro no Brasil. Ao invés de ser considerado um direito, ele passa a ser considerado uma mercadoria extremamente cara às trabalhadoras e aos trabalhadores”, criticou Rivânia Moura, ex-presidenta do ANDES-SN e docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern).

De acordo com Rivânia, o crédito consignado está conjugado com a perda de direitos e com o fim da integralidade e com o teto das aposentadorias. “Tudo isso vem dentro de uma mesma lógica, que é o desmonte da Previdência pública, a diminuição do acesso à Previdência pública, a diminuição do valor das aposentadorias e, em contrapartida, ainda o que sobra dessas aposentadorias, grande parte dela é canalizada para o mercado financeiro via o crédito consignado”, revelou a docente.

ANDES-SN debate lutas contra-hegemônicas e políticas de Comunicação, Arte e Cultura



A cidade de São Luís (MA) recebeu, de 7 a 10 de dezembro, o VII Encontro de Comunicação e Arte e o II Festival de Arte e Cultura, do ANDES Sindicato Nacional. Docentes e profissionais de comunicação das assessorias das seções sindicais e do ANDES-SN debateram o papel da Comunicação na luta contra o Capital e, também, como inserir a cultura e a arte no despertar da classe trabalhadora, permitindo trocas e compartilhamentos de experiências e vivências.

Os eventos, organizados pelo Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA) do Sindicato Nacional e sediados pela Apruma e Sinduema (seções sindicais do ANDES-SN), ocorreram nas universidades Federal do Maranhão (Ufma) e Estadual do Maranhão (Uema).

Lutas contra-hegemônicas

O VII Encontro de Comunicação e Arte proporcionou debates importantes para a construção de novos caminhos para a luta. A mesa “Mídias, comunicação e lutas contra-hegemônicas: Velhos e novos autoritarismos” contou com a participação do jornalista Emílio Azevedo, da Agência Tambor - mídia contra-hegemônica e independente do Maranhão. Ele destacou que o veículo se utiliza de narrativas do ponto de vista das populações afetadas pelo Capital, para

se contrapor às mídias hegemônicas.

Guilherme Bonan, da Cajuína Filmes, destacou os efeitos das *big techs* (gigantes da tecnologia), como a Alphabet (Google), a Amazon, a Apple, a Microsoft e a Meta. A presença dessas empresas no dia a dia da população, por meio das redes sociais, dos sites de compra e dos dispositivos eletrônicos portáteis é preocupante, conforme Bonan.

Segundo Cristiano Engelke, da direção da Associação dos Professores da Universidade Federal de Rio Grande (Aprofurg – Seção Sindical do ANDES-SN), são grandes os desafios para refrear a narrativa neoliberal. Para ele, é necessária uma comunicação que rompa com a “lógica desdemocratizante, autoritária e fundada na razão neoliberal” incentivada e normalizada pela mídia hegemônica.

Extrema direita, privatização e precarização

No segundo dia de debates (8), aconteceu a mesa “Extrema direita, privatização e precarização das políticas de cultura e arte”. Antônio Câmara, docente da Universidade Federal da Bahia (Ufba) fez um resgate histórico da concepção da Arte sob a perspectiva de diferentes filósofos do Século XX. Câmara acredita que a Arte não pode estar em acordo com o Estado, com o Capital e a sua reprodução, mas sim deve servir como

elemento importante para se compreender a situação atual.

Bruno Bispo, docente da Universidade de Pernambuco (UPE), mostrou como as políticas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) impactaram negativamente a Cultura. Foi o caso da “cota de tela”, criada em 2001 para garantir um percentual mínimo de exibição para filmes brasileiros nos cinemas, que expirou em 2021 e não foi renovada por Bolsonaro. Esse vácuo, explicou Bispo, privilegiou ainda mais as produções estadunidenses.

Já Luisa Maria da Fonseca, docente do curso de Artes Visuais da Ufma, falou sobre a precarização das condições de trabalho em sua universidade. “Precisamos parar de romantizar a docência artística, que o professor consegue, ou daria conta de ensinar, sem as condições básicas de ensino. Faltam insumos e materiais básicos. Essa precarização torna instáveis todas as outras condições, o que acaba afetando a produção de arte. São práticas que precisam ser repensadas dentro desse ninho colonial”, destacou.

Políticas de Comunicação

“Políticas de Comunicação como forma de fortalecimento da luta sindical: Desafios para a atualização do plano de comunicação do ANDES-SN” foi o tema da mesa do terceiro dia (9). Luiz Henrique



Schuch, ex-diretor do Sindicato Nacional que esteve à frente da construção do Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN entre 2010 e 2011, contextualizou a criação do documento, com a percepção de um potencial político na comunicação do sindicato e a necessidade da disputa de conteúdo em mídias hegemônicas. Para ele, ainda permanecem vários desafios como o diálogo com o público vinculado à academia e com a população em geral.

Na avaliação de Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN e da coordenação do GTCA, o atual plano de comunicação do Sindicato Nacional é resultado de uma disputa política construída em outro momento e se faz necessária a sua atualização. A diretora apontou como prioridade aprofundar o debate sobre o uso de software livre, a relação com as atuais plataformas de comunicação e pensar numa comunicação contra-hegemônica.

Após as mesas, as e os participantes se reuniram em grupos de discussão, para debater propostas de atualização do Plano de Comunicação.

Encaminhamentos

No domingo (10), ocorreu a Plenária Final em que foi apresentada a síntese dos grupos de discussão, reunidos no dia anterior, acerca do Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN aprovado em 2011, durante o 30º Congresso do Sindicato Nacional, em Uberlândia (MG).

“O Encontro do GTCA tem um saldo bastante positivo por ter acumulado discussões, realizadas em conjunto por diretores sindicais e profissionais da comunicação, que nos orientam para a construção de uma política de comunicação contra-hegemônica, que cumpra o papel essencial de qualificar de maneira

crítica o debate feito por docentes no enfrentamento aos interesses do grande Capital”, avaliou Letícia do Nascimento, 2ª vice-presidenta da Regional Nordeste I do ANDES-SN e também da coordenação do GTCA.

II Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN

A arte como um poderoso instrumento de resistência é parte importante da luta anticapitalista. Esse foi o tom do II Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN. A programação incluiu produções artísticas do movimento docente, como a exposição fotográfica “Errâncias Impossíveis”, de Ceane Simões, docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), apresentações culturais, teatrais e performáticas, além da exibição de documentários produzidos pelas seções sindicais do ANDES-SN.

Uma das principais manifestações culturais do Maranhão, o grupo de bumba meu boi “Boi Unidos de Santa Fé”, um dos

grupos mais tradicionais de sotaque da Baixada do estado embalou as e os participantes, após os debates do primeiro dia de atividades (7). Já no segundo dia (8), o Tambor de Crioula Catarina Mina se apresentou nas ruas do centro histórico de São Luís. A expressão de matriz afro-brasileira envolve dança circular de mulheres, canto, percussão de tambores e recebeu a titulação de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em 2007.

A luta das mulheres negras ficou marcada nas performances teatrais apresentadas no sábado (9). “Mulher Guerreira”, de Luana Lopes, contou a história de Catarina Mina, mulher negra escravizada, vendedora de quitutes, que com o dinheiro do seu trabalho e boas articulações conseguiu comprar sua alforria e de amigos. A outra apresentação, “Poemas de ontem, hoje e amanhã”, contou um pouco da ancestralidade e resistência de mulheres que por gerações são exploradas e vitimadas pelo racismo que reverbera até os dias atuais. A atuação ficou por conta de Jéssica Sousa e Amanda Laryssa, ex-alunas do Colégio de Aplicação (Colun) da Ufma, e integrantes do Grupo de Teatro Entrecena - composto por estudantes e ex-estudantes do Colun.

O evento teve ainda com a exibição dos documentários “Fantástico em Cametá”, de Yasmim Yonekura, docente da Universidade Federal do Pará (Ufpa); “Desafios Insulares”, um projeto piloto da Adufpa SSind, com a direção do professor Leonardo Zenha e da jornalista e multiartista Priscila Cobra; e também de uma versão reduzida do documentário de 40 anos da Apruma SSind, uma produção de Tamires Moraes, da assessoria da seção, e do docente Murilo Santos



“2024 não será um ano fácil... Mas os bons ventos já se colocam a soprar”, afirma Seferian



O ano que passou trouxe muitos desafios para a categoria docente, tanto no âmbito das instituições federais quanto estaduais e municipais. Nas universidades e institutos federais, docentes ainda experimentam os resquícios dos quatro anos de governo Bolsonaro, com ataques à autonomia universitária, além de uma série de medidas administrativas que restringiram direitos e ainda não foram revogadas pelo governo.

Nas universidades estaduais, professoras e professores lidaram com ataques semelhantes. Em alguns estados, após greves e muita pressão, foi possível avançar em conquistas históricas, com mudanças nos planos de carreira como foi o caso do Paraná.

Além da luta específica da categoria docente, no ano passado o ANDES-SN

também somou forças em outras frentes e movimentos, como na luta contra a privatização da Saúde, em defesa dos direitos dos povos indígenas, do meio ambiente, contra as opressões, entre outras.

2024 desponta com a perspectiva de novos enfrentamentos e necessidade de intensificar a organização da classe trabalhadora, para avançar na defesa da Educação pública e demais direitos sociais, além de melhores condições de trabalho e valorização da carreira docente.

Para analisar esse cenário, o InformANDES ouviu o presidente do Sindicato Nacional, Gustavo Seferian.

Na sua avaliação, quais foram os principais enfrentamentos da categoria docente em 2023, no âmbito das federais, estaduais e municipais?

Nossos principais enfrentamentos podem ser divididos entre organizativos e reivindicatórios. Quanto aos primeiros, seguimos ainda vivendo, de forma geral, os rebatimentos de uma crise que acomete de conjunto as organizações de nossa classe, à qual nosso sindicato não passa incólume: dificuldade de mobilização, esvaziamento de assembleias, largamente afetadas pelo que é a redução da presença docente nos locais de trabalho – ainda como rescaldo da virtualização laboral promovida no curso da pandemia –, redução de sindicalizados e sindicalizadas – em parte resultante da corrosão da renda da categoria –, são alguns destes desafios organizativos enfrentados no curso do último ano e que seguiremos a enfrentar no próximo período. O enraizamento de nosso Sindicato Nacional, em azeitado trabalho das seções sindicais, é o mais eficaz remédio para estes apuros. Já quanto à agenda de lutas e reivindicações que o professorado se colocou no último ano: no âmbito federal, mesmo livres do achaque autoritário da gestão neofascista de Bolsonaro, a pauta do Capital seguiu a todo vapor. Ainda que com uma maior abertura de diálogo e o reestabelecimento de mesas de negociação com servidores e servidoras, estas foram mais palco de encenação conciliatória do que efetivamente de avanços para a categoria. A recente resposta à campanha salarial 2024, com um ensurdecido 0% de reajuste e a promessa de majoração de penduricalhos – que alcançam apenas parte da categoria e deixam aposentados e aposentadas completamente de fora da recomposição



–, é exemplo disso. Isso para não falar da sintomática conformação da pasta da Educação, encabeçada por Camilo Santana e loteada às fundações privadas. Nos âmbitos municipais e estaduais, a submissão às agendas gerencialistas é, em muitos casos, ainda mais violenta: a perpetuação de gestões neofascistas e radicalmente privatistas marca muitas realidades, como são os casos do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em que as ameaças postas pelos regimes de recuperação fiscal promovem um constrangimento integral da coisa pública e põem em risco os serviços gratuitos que gozam a população trabalhadora. Não são exceção as IES [Instituições de Ensino Superior], que se veem na linha de frente de desinvestimento. Em todos os casos, as disputas pela majoração da parcela do fundo público destinado às IES e ao serviço público foi tônica, juntamente com o aprofundamento da democracia interna e a salvaguarda incondicional da autonomia ampla e irrestrita nas IES.

É possível dizer que houve conquistas ou avanços na luta da categoria no último período?

Podemos, sim, dizer que tivemos conquistas nesse período recente, apesar da dureza das lutas. Registro, por exemplo, os importantes saldos da greve das estaduais paraenses, que torceram as políticas privatistas de Ratinho Júnior e emplacaram conquistas remuneratórias e de carreira para o professorado no estado. Soma-se a isso, no âmbito federal, o importante avanço do fim da lista tríplice nas universidades – repertório que permitiu as intervenções bolsonaristas e cujo projeto de lei, calcado em princípios assentados no Caderno 2 do ANDES-SN, se encontra na iminência de aprovação –, resultado de importantes lutas no período. Impossível também não lembrar da prorrogação da

Lei de Cotas e da suspensão do calendário de implementação do Novo Ensino Médio, conquistas resultantes de lutas articuladas a diversas outras entidades e movimentos.

O ano já começa com luta, com a greve docente na Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Quais as perspectivas para 2024?

2024 não será um ano fácil e a tendência posta é de aprofundamento da agenda do Capital sobre a Educação e em todos os âmbitos. Na esfera federal, a aprovação da LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], que reduz as verbas para as IFE [Instituições Federais de Ensino] traz profundas preocupações até mesmo para as burocracias universitárias. A já mencionada resposta à campanha salarial e o escalonamento de reajuste projetado para 2025 e 2026, apelam para a anestesia da categoria, que não pode sucumbir a tais proposições, já que muito aquém do que nos é necessário. No Setor das Estaduais e Municipais (lees/Imes), os rebatimentos do ano eleitoral tendem a ser sentidos de forma ainda mais próxima e a trazer desafios redobrados à categoria. Mas os bons ventos já se colocam a soprar: a mencionada greve dos professores e professoras da Uespi é sinal de vitalidade de nossa categoria, e nesse momento encontra adesão massiva das e dos docentes, tendo recentemente incorporada a adesão estudantil. Tive, inclusive, o prazer de receber esse banho de luta, que foi a construção da grande marcha ao Palácio do Karnak, em 11 de janeiro, reafirmando pautas tão imprescindíveis quanto a recomposição salarial (ante a corrosão de quase 70% da renda docente nos últimos 10 anos), destinação de investimentos à universidade – inclusive e, sobretudo, às políticas de permanên-

cia estudantil – e o barrar de medida legislativa que impunha aumento das horas em sala de aula ao professorado da base da Adcesp SSind., praticamente impedindo a realização de atividades de pesquisa e extensão. Que a luta da companheirada da Uespi nos sirva de exemplo para organização de outras lutas e greves nesse ano!

No final de fevereiro, o ANDES-SN realizará seu 42º Congresso em Fortaleza. Quais as expectativas para esse encontro deliberativo?

Como sempre, os Congressos do ANDES-SN são espaços não só de encontro de nossa militância, mas de renovação e aprofundamento de nossas pautas políticas, apontando, por meio de suas resoluções, os rumos de nossa luta para o próximo período. O 42º Congresso terá um gostinho todo especial, será organizado desde a base da Adufc, que retorna ao ANDES-SN após rico e importante processo de mobilização de sua base, e que terá a sua homologação deliberada pela categoria. Juntamente ao retorno da Adufscar e a criação de duas novas seções sindicais – SindUnDF e SindFames –, teremos muito a comemorar com a incorporação destas bases e o fortalecimento de nosso sindicato! Somo a isso, na forma como já consta no Caderno de Textos divulgado à base, a discussão temas importantes como a mudança de método nos espaços deliberativos do sindicato, a atualização de nosso projeto de carreira única e a imprescindibilidade de organizarmos nossa categoria, com vistas à construção de uma greve junto aos demais setores do serviço público federal com objetivo de emplacar conquistas como a recomposição de nossa remuneração.



Argentina: Governo Milei ataca direitos sociais e trabalhistas e enfrenta resistência popular



Foto: Marcelo Ochoa/Télam

Há pouco mais de um mês no governo, o presidente argentino Javier Milei, líder da ultradireita, tem implementado uma "terapia de choque" neoliberal para a crise econômica do país. Milei é um economista, político e professor argentino, líder do partido A Libertad Avanza e foi eleito com 55,65% dos votos no segundo turno.

Milei tomou posse no dia 10 de dezembro de 2023 e, já em seus primeiros dias na presidência, apresentou um pacote com medidas de austeridade. O Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), publicado no dia 20 de dezembro, modifica ou revoga mais de 300 leis e normas que regulam uma ampla variedade de atividades econômicas no país, como mercado de trabalho, planos de saúde, aluguéis e privatização de empresas estatais, entre outras. O decreto ainda precisa ser aprovado na Câmara e no Senado, onde há forte oposição à medida. Milei ameaçou convocar uma consulta popular, caso as e os parlamentares rejeitem as mudanças.

O chamado "decretaço" traz ataques ao regime trabalhista, entre alguns deles, os que incluem tornar a demissão da trabalhadora e do trabalhador mais fácil e menos dispendiosa, aumentar o período de experiência de três para oito meses; reduzir multas e encargos das e dos profissionais que se demitem; e tornar a participação em manifestações como motivo legal para demissões. O DNU transformou todas as empresas estatais em sociedades anônimas para posterior privatização e revogou a lei que proibia as privatizações. O "decretaço" cancelou ainda a Lei do Aluguel, criada na pandemia contra o aumento abusivo dos aluguéis.

Em dia 27 de dezembro, Milei enviou ao Congresso a Lei de Bases e Pontos de Partida para a Libertad dos Argentinos, conhecida como a "Lei Ônibus", um projeto com um amplo leque de reformas. Ao declarar emergência pública nas áreas econômica, financeira, fiscal, de segurança e defesa, a lei estabelece amplos poderes para Milei até dezembro de 2025, podendo ser prorrogada por mais

dois anos, abrangendo todo o mandato do presidente argentino.

A lei também molda o protocolo "antipiquetes" do governo e aumenta a punição a quem organizar protestos sociais — até seis anos de prisão, se as manifestações populares bloquearem as vias públicas. E, ainda, valida o direito de legítima defesa por parte da autoridade policial.

A Previdência Social também está na mira do novo governo, que propõe a suspensão da atual fórmula de mobilidade e dá ao poder Executivo todas as prerrogativas para atualizar as aposentadorias de acordo com seus critérios. Além desses ataques, o presidente publicou outro decreto, no final do ano, que determina a não renovação do contrato de servidoras e de servidores públicos incorporados ao longo de 2023. A medida atinge cerca de sete mil postos de trabalho.

"A natureza capitalista da crise argentina ficou mais exposta do que nunca. Milei propõe um choque que recai inteiramente sobre os trabalhadores: supressão das obras públicas, privatiza-

Foto: Maximiliano Luna/Télam



ções como a da Aerolíneas Argentinas, YPF (petróleo), meios de comunicação, corte de gastos com pessoal, que pode levar a demissões e rescisões de contratos. Um aspecto central do choque é a Previdência Social, considerada a principal despesa do Estado, quando 65% dos aposentados recebem só um salário mínimo com base em recursos oriundos das contribuições dos trabalhadores ativos. Já a reforma Trabalhista, por sua vez, retrotrai à Argentina a condições trabalhistas do século XIX, facilita as demissões e elimina qualquer estabilidade no emprego”, contou Osvaldo Coggiola, docente da Universidade de São Paulo (USP).

Coggiola explicou que a política econômica de Milei não é uma novidade. “É o velho liberalismo, em versão mais radical, antiestatal, que supõe a mercantilização de tudo, inclusive dos órgãos [de direitos] humanos, individualismo na questão do seguro para a saúde e a velhice, privatização definitiva do que foi parcialmente reestatizado em governos precedentes”, contou comparando o governo de Milei com o de representantes da Ditadura Militar, entre 1976 e 1983; do governo peronista, entre 1989 e 1999; e do empresário direitista Mauricio Macri, entre 2015 e 2019.

O docente também reforçou o impacto que o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem sobre o país argentino, cuja dívida com o Fundo ultrapassa US\$ 40 bilhões. “O FMI obriga o governo a cumprir suas promessas de intensificar o corte de gastos. Com isso, o governo Milei anunciou um corte de despesas equivalente a 5% do PIB, reduzindo os subsídios energéticos e elevando as tarifas, congelando obras públicas, bloqueando transferências para as

províncias, demitindo funcionários do Estado, liquefazendo salários, pensões e assistência social, aumentando os impostos e a pressão fiscal sobre os trabalhadores”, afirmou.

Reação

As medidas anunciadas pelo presidente Milei ocasionaram reações em massa da população, que protestou por meio de passeatas e pанаlaşos contra as medidas do presidente, mesmo com a ameaça da força policial sufocar as mobilizações populares. Nos dias 3 e 4 de janeiro, a Justiça argentina suspendeu o decreto do presidente, com base no pedido de centrais sindicais. Recentemente, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) conclamou uma paralisação para o dia 24 de janeiro contra o DNU e a Lei “Ônibus”.

“A reação tem sido muito forte, e ganhou as ruas, através de passeatas e pанаlaşos. As tentativas de repressão ou enquadramento policial foram superadas. Nesse quadro, após as festas de fim de ano, a ênfase da paralisação de 24 de janeiro será uma marcha até ao Congresso Nacional, data em que a Câmara dos Deputados deverá votar o DNU e o projeto enviado por Milei. A razão fundamental para convocar a paralisação é a intenção da burocracia sindical de assumir a direção do movimento. As lutas dos trabalhadores estatais foram canalizadas e suspensas, o mesmo ocorreu com o adiamento das greves contra os decretos, anunciadas por alguns sindicatos. Estamos, portanto, perante uma greve preventiva, não uma greve de advertência a ser seguida por uma greve geral, mas um movimento para conter qualquer iniciativa de ação gerada de baixo”, analisou.

Coggiola ponderou ainda que o presidente não conseguirá o apoio que precisa

para a aprovação das medidas. “Milei não terá, no entanto, os votos necessários para aprovar as suas próprias leis: nem terá os suficientes para defender o seu DNU no Congresso. Ele não estará a salvo do impeachment, medida que o Congresso pode tomar se tiver dois terços das duas câmaras. Javier Milei anseia, por isso, um regime político baseado no predomínio do Executivo. Não pretende anular o Congresso, nem erradicar o Poder Judiciário, mas neutralizar ambos os poderes”, disse.

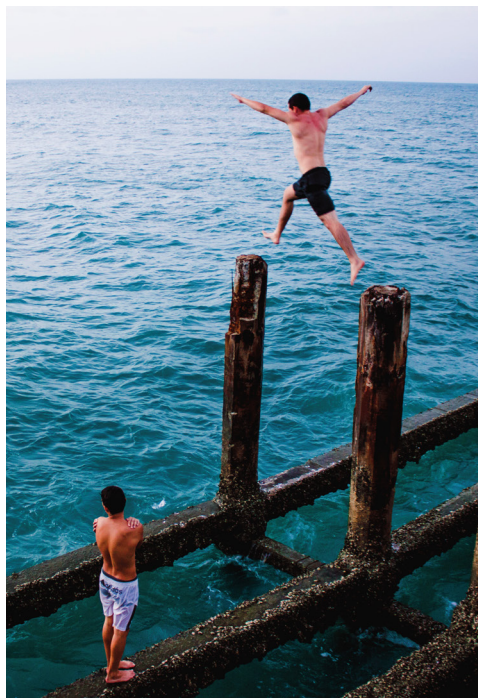
Para o docente, apenas com a força organizada das trabalhadoras e dos trabalhadores será possível derrotar o que ele classifica como a experiência “anarco-capitalista” na Argentina. “A tentativa ultra-capitalista de Milei não afeta apenas a Argentina. Ela tem um alcance internacional, de modo direto sobre os países da América do Sul. A luta dos trabalhadores argentinos também é nossa. A luta pela educação e a universidade pública, contra os ‘vouchers educacionais’ e a política de formação de ‘capital humano’ de Milei, a luta contra a privatização educacional, tem projeção no mundo todo. Que a força organizada dos trabalhadores se coloque não só como fator de resistência, mas também como alternativa de poder. Dependendo da orientação política da resistência, isso pode acontecer mais rápido do que se pensa. O ANDES-SN está organizando o III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo Educacional, a ser realizado no Rio de Janeiro no final de 2024. Nesse congresso, a solidariedade com as lutas dos trabalhadores argentinos e com a Palestina, submetida a um ataque genocida, deve estar nos primeiros pontos de nossa pauta internacionalista”, concluiu Coggiola.



Foto: Leandro Blanco/Télam

42º Congresso do ANDES-SN acontece em Fortaleza no final de fevereiro

Evento será marcado pela efetivação do retorno de seções sindicais históricas para a base do Sindicato Nacional



REVERTER AS CONTRARREFORMAS
em defesa da educação, dos serviços públicos,
das liberdades democráticas e dos direitos sociais

DE 26 DE FEVEREIRO
A 1º DE MARÇO DE 2024
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Com expectativa de cerca de 600 participantes, o ANDES-SN realiza entre os dias 26 de fevereiro e o dia 01 de março o 42º Congresso da entidade. Instância máxima deliberativa da categoria docente, o evento ocorre em Fortaleza (CE), organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (Adufc Seção Sindical).

Com tema central “Reverter as contrarreformas, em defesa da educação, dos serviços públicos, das liberdades democráticas e direitos sociais”, o 42º Congresso irá debater e deliberar sobre as lutas da categoria para o próximo período.

“Estamos com a expectativa de receber 600 pessoas na cidade de Fortaleza. Por isso, estamos preparando uma infraestrutura que comporte, de maneira adequada, os nossos debates, porque vamos discutir, por meio de representantes de todas as nossas seções sindicais, aquilo que vai se constituir como o Plano de Lutas do nosso sindicato para o ano de 2024. Então, é um momento ímpar na organização da nossa luta”, explica Jennifer Webb, 1ª tesoureira do ANDES-SN e integrante da Comissão de Organização

A diretora do Sindicato Nacional destaca que, além da análise de conjuntura, a partir das mais diversas visões presentes no sindicato, e dos planos de lutas, serão discutidas questões organizativas da entidade, como apoios financeiros, a metodologia dos eventos deliberativos do ANDES-SN e a reincorporação de seções sindicais ao Sindicato Nacional, entre outros.

“Por exemplo, a própria sede do 42º Congresso, que é a Adufc, que está voltando efetivamente e formalmente para o ANDES-SN. Vai ser um momento também de celebrar esse grande passo político, que foi a decisão da categoria da UFC de voltar para o ANDES-SN. Também teremos a efetivação do retorno da Adufscar, que é a seção sindical do ANDES-SN na Federal de São Carlos, no estado de São Paulo. Esses todos vão ser momentos muito importantes, em que vamos retomar relações com seções sindicais historicamente importantes para esse sindicato”, detalha.

Jennifer lembra que os 11 grupos de trabalho em atuação no Sindicato Nacional apresentarão o acúmulo das discussões e dos trabalhos ao longo de 2023. “Isso irá subsidiar nosso processo de deliberação para o ano de

2024, para eleger nossas prioridades e seguir na luta que é fundamental: a luta da nossa categoria, da nossa classe, para conquistar, com certeza, vitórias importantes nesse ano que está iniciando”, conclui.

Inscrições prévias

As delegações das seções sindicais eleitas para participar do 42º Congresso do ANDES-SN devem ser inscritas, previamente, até o dia 06 de fevereiro. O credenciamento deverá ser realizado por meio de formulário digital disponível no site do Sindicato Nacional.

As e os jornalistas das seções sindicais, que farão a cobertura do 42º Congresso do ANDES-SN, deverão ser credenciados pelas respectivas seções sindicais, juntamente com suas delegações. Orientações detalhadas para cadastro das delegações foram encaminhadas na circular 405/2023.

Caderno de Textos

O Caderno de Textos do 42º Congresso foi divulgado no dia 5 de janeiro. O documento conta com 11 textos sobre o tema Conjuntura e Movimento Docente, 8 referentes aos Planos de Lutas dos Setores, 16 sobre as temáticas do Plano Geral de Lutas e 12 que tratam das Questões Organizativas e Financeiras. As contribuições que chegarem à sede do ANDES-SN até 1º de fevereiro de 2024 irão compor o Anexo ao Caderno de Textos.

Acesse aqui o Caderno de Textos

